



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0001109-78.2013.8.26.0233**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **EVANDRO JOÃO VALÉRIO MARIOTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

RELATÓRIO

EVANDRO JOÃO VALÉRIO MARIOTO foi(ram) denunciado(a)(s) como incurso(a)(s) no art. 168, parágrafo único, III do Código Penal porque, segundo a denúncia, enquanto mecânico de automóveis, teria recebido da vítima Adriano de Paula um veículo para conserto, sob seus cuidados, e posteriormente retirado as rodas do carro com respectivos pneus, vendendo-as para Francisco Ananias dos Santos.

A denúncia foi recebida em 09/12/13 (fls. 50/51), o(a) acusado(a) foi citado(a) (fls. 57) e apresentou resposta (fls. 68/70), não sendo absolvido(a) sumariamente e inaugurando-se a instrução criminal, ao longo da qual ouviram-se vítima e testemunhas (CD, segue). Não foi interrogado o acusado, pois não foi localizado para ser intimado a propósito da audiência. As partes manifestaram-se em debates, pugnando o Ministério Público pela condenação, e a(s) Defesa(s) pela absolvição imprópria em razão da inimizabilidade ou, subsidiariamente, pela fixação da pena mínima com a imposição de penas alternativas.

FUNDAMENTAÇÃO

A **materialidade delitiva** e a **autoria** estão comprovadas.

O acusado confessou o delito na fase policial (fls. 07/08).

Sua confissão resta corroborada pela prova produzida em juízo, consistente na oitiva da vítima e duas testemunhas, todas narrando, de modo harmonioso e coerente, o que aconteceu, não havendo qualquer dúvida de que o acusado, mecânico, recebeu o veículo da vítima para conserto, apropriou-se e extraiu quatro pneus/rodas e os vendeu (três deles à testemunha Francisco), incorrendo no crime capitulado na inicial.

Quanto à tese de defesa, não há prova da inimutabilidade, especialmente em razão da ausência de exame de dependência químico-toxicológica.

Passo à dosimetria da pena (sistema trifásico: art. 68, caput CP).

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): não há circunstâncias judiciais negativas, salientando-se a ausência, nos autos, de certidão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

criminal que comprove tenha o acusado sido condenado definitivamente por outro crime.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): incidiria a atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, "d", CP), mas a pena não pode ir abaixo do mínimo legal.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): em razão da majorante do art. 168, § 1º, III do Código Penal, pois o acusado recebeu o veículo da vítima em razão de seu ofício, aumenta-se a pena em 1/3.

Pena definitiva: 01 ano e 04 meses de reclusão.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP): aberto.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): cabível por uma de proibição de frequentar determinados lugares e uma de prestação de serviços.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): tendo em vista a confissão espontânea, é fixada no mínimo, apesar da majorante, para o que se considera, ainda, preponderantemente, a condição econômica do acusado.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **julgo procedente** a ação penal e **CONDENO** o(a)(s) acusado(a)(s) **EVANDRO JOÃO VALÉRIO MARIOTO** como incurso(a)(s) no art. 168, caput e § 1º, III, do Código Penal, aplicando-lhe, em consequência, as penas de (1) reclusão de 01 ano e 04 meses em regime aberto, SUBSTITUÍDA por prestação de serviços à comunidade e proibição de frequentar determinados lugares (2) multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo.

Tendo respondido ao processo em liberdade, assegura-se o direito de recorrer(em) na mesma condição.

Sem condenação em custas, uma vez que faz(em) jus à AJG.

P.R.I.

Ibaté, 17 de julho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA